

EDITAL – CONCORRÊNCIA SESC EM MINAS Nº 0001/2022

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC** – Departamento Regional Minas Gerais, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos, consolidado pela Resolução do Conselho Nacional do Sesc de nº 1252/2012, conforme especificações contidas nesse Edital e Anexos.

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Tipo de licitação: Técnica e preço

1.2. Critério de julgamento: Técnica e preço

1.3. Processo de referência: nº 004005-00488

1.4. Horário, data e local da entrega dos envelopes e primeira sessão: às 09:00 do dia 10/02/2022, na Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30120-906.

1.5. Todos os documentos e informações referentes a esta licitação serão disponibilizados no *site* www.sescmg.com.br.

1.6. Não se aplica à presente licitação as disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para a cessão onerosa de exploração comercial e criativa, da **Cafeteria do Sesc Palladium**, com produção, fornecimento e venda de alimentos fins para os clientes, podendo também realizar ações e eventos culturais nos espaços, conforme especificações constantes nos seguintes Anexos, partes integrantes deste Edital:

- **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**
- **ANEXO II – PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO**
- **ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**
- **ANEXO IV – MODELO DE RELATÓRIO DE REPASSE FINANCEIRO**
- **ANEXO V – AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS (USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA)**

- **ANEXO VI – LISTAGEM DE BENS PATRIMONIAIS**
- **ANEXO VII – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS**
- **ANEXO VIII – FORMULÁRIO SOLICITAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA EMPRESAS CONTRATADAS**
- **ANEXO IX - MINUTA CONTRATUAL**

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação, os interessados que estejam aptos ao objeto do presente Edital, e em condições de atender a todas as exigências deste Edital e Anexos.

3.2. Não poderá participar da licitação a empresa:

3.2.1. Que esteja suspensa de licitar ou contratar com o Sesc em Minas, enquanto perdurar a suspensão.

3.2.2. Que se encontrem em situação de falência, concurso de credores, dissolução e liquidação.

3.2.3. Que esteja reunida em consórcio e/ou seja controladora, coligada ou subsidiária de qualquer outra empresa participante desta licitação.

3.2.4. Cuja gestão seja desenvolvida por menor, exceto se este for apenas sócio sem a atribuição de gestor, cujas cotas estejam integralizadas.

3.2.5. Cooperativa nos termos da Súmula nº 281 de 11 de julho de 2012 do Tribunal de Contas da União.

3.2.6. Que seja estrangeira sem decreto de autorização e registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma licitante na presente licitação.

3.4. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e documentação de habilitação, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.5. A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES

4.1.1. Quaisquer pedidos de esclarecimentos ou impugnações relativos ao presente Edital e Anexos, deverão ser devidamente identificados (preferencialmente contendo nome empresarial, CNPJ, telefone, e-mail) e protocolados na Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas, localizada na Rua dos Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.120-906 ou encaminhados por e-mail cplicitacao@sescmg.com.br, até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data de abertura da Sessão de Licitação, no horário limite das 17h00. Exclui-se da contagem a data da sessão. O prazo para apresentação de esclarecimentos ou impugnações se encerra às 17:00 do dia 02/02//2022.

4.2. Não serão atendidas solicitações verbais ou por telefone. A Comissão de Licitação não se responsabilizará por e-mail que, por qualquer motivo, não for recebido, bem como correspondências que não forem recebidas dentro do prazo.

4.3. Os esclarecimentos e impugnações serão respondidos antes da data e horário de abertura da sessão e divulgados no site do Sesc em Minas.

4.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e julgamento das impugnações serão publicadas no site do Sesc em Minas e integram o Edital e Anexos.

4.5. O prazo inicialmente estabelecido de abertura da Sessão será alterado se a(s) decisão(ões) do(s) esclarecimento(s) e impugnação(ões) afetar(arem) a formulação das propostas e da habilitação.

4.6. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, a licitante que não se manifestar no prazo estipulado. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento apresentada à Comissão Permanente de Licitação, após o prazo estipulado, será recebida como mera informação.

5. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5.1. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES: as licitantes deverão entregar todos os envelopes separadamente, **LACRADOS**, contendo na face externa as seguintes informações devidamente preenchidas:

ENVELOPE 01 – VIA NÃO IDENTIFICADA DO PLANO DE NEGÓCIOS

Concorrência nº **0001/2022** Sesc em Minas

ENVELOPE 02 – VIA IDENTIFICADA DO PLANO DE NEGÓCIOS

Concorrência nº **0001/2022** Sesc em Minas
Nome empresarial e CNPJ
Telefone
E-mail

ENVELOPE 03 – PROPOSTA COMERCIAL

Concorrência nº **0001/2022** Sesc em Minas
Nome empresarial e CNPJ
Telefone
E-mail

ENVELOPE 04 – HABILITAÇÃO

Concorrência nº **0001/2022** Sesc em Minas
Nome empresarial e CNPJ
Telefone
E-mail

5.2. A **VIA NÃO IDENTIFICADA DO PLANO DE NEGÓCIOS** deverá ser inserida em **ENVELOPE SACO KRAFT PARDO TAMANHO A4**. Será desclassificada a empresa que apresentar o conteúdo do envelope 1 em outro invólucro, diferente do especificado pelo Sesc em Minas.

5.3. Não serão considerados documentos ou propostas enviadas via fax ou correio eletrônico.

5.4. Os envelopes poderão ser entregues até a data e hora designadas para a primeira sessão, conforme item **1.4**.

5.5. O Sesc em Minas não se responsabilizará pelo extravio de qualquer envelope encaminhado ou pelo atraso na entrega das correspondências.

6. DOS ENVELOPES E DE SEUS CONTEÚDOS

6.1. Conteúdo do Envelope nº 01 - VIA NÃO IDENTIFICADA DO PLANO DE NEGÓCIOS: O invólucro 01 deverá conter a via sem identificação do Plano de Negócios, composto por, no mínimo: Mercado, Operação e Comunicação, conforme Anexo II, sendo vedada a apresentação de qualquer tipo de identificação da licitante, tanto no envelope como em todo o seu conteúdo.

6.2. Conteúdo do Envelope nº 02 - VIA IDENTIFICADA DO PLANO DE NEGÓCIOS: O invólucro 02 terá o mesmo conteúdo do Envelope 01, com a identificação da licitante no Plano de Negócios, composto por Mercado, Operação e Comunicação, conforme Anexo II.

6.3. Conteúdo do Envelope nº 03 - PROPOSTA COMERCIAL: O invólucro 03 deverá conter a Proposta de Preços da licitante, conforme modelo constante no Anexo III.

6.4. Conteúdo do Envelope nº 04 - HABILITAÇÃO: O invólucro 04 deverá conter os documentos relativos à Habilitação.

6.5. Todos os envelopes 01, 02, 03 e 04 deverão ser entregues em ordem sequencial juntos. Tal medida visa salvaguardar os interesses dos participantes no aspecto de segurança e transparência do processo licitatório.

6.5.1. Quando do recebimento dos envelopes, o Envelope sem identificação será colocado em local separado, onde serão recepcionados todos os envelopes sem identificação das empresas participantes.

6.6. O não atendimento ao solicitado implicará na perda do direito a futuras reclamações quanto a um eventual extravio de documentos durante a tramitação do processo.

7. HABILITAÇÃO – ENVELOPE 04

7.1. Para habilitar-se, a empresa deverá apresentar, em uma via, preferencialmente: organizada, com numeração em todas as folhas, em ordem numérica crescente e relacionadas em folha índice a seguinte documentação:

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Prova de registro, no órgão competente, no caso de empresário individual.

7.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado no órgão competente.

7.2.3. Ato de nomeação dos administradores ou eleição dos diretores, devidamente registrado no órgão competente

7.3. REGULARIDADE FISCAL

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

7.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal do domicílio ou sede da licitante, na forma da Lei.

7.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

7.3.4.1. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e regularidade relativa à Seguridade Social será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e Dívida Ativa da União por elas administradas.

7.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS), no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

7.3.6. A prova de regularidade se fará mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

7.4. É facultado a Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas realizar diligências para sanar falhas formais na documentação de habilitação.

7.5. Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem documentação em desconformidade com o solicitado neste Edital e Anexos.

7.6. A documentação de habilitação deverá estar válida na data da Sessão Pública e/ou data da convocação. Quando não constar o prazo de validade nos documentos listados, esta será considerada como sendo de 120 (cento e vinte) dias corridos contados da expedição das mesmas.

8. PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE 03

8.1. A Proposta deverá ser apresentada digitada e numerada (preferencialmente), em papel timbrado ou identificada com o carimbo do CNPJ da licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, sendo a última folha datada e assinada pelo responsável da empresa, constituindo o envelope nº 03 – **PROPOSTA COMERCIAL.**

8.2. A proposta deverá conter obrigatoriamente:

8.2.1. O número desta Concorrência.

8.2.2. O nome empresarial completo e CNPJ da licitante, que serão os mesmos constantes da documentação apresentada e da Nota Fiscal a ser emitida, caso venha sagrar-se vencedora deste certame.

8.2.3. Declaração que no preço proposto contempla todos os custos e despesas necessários à plena execução do serviço, tais como de pessoal e de administração e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc) incidentes sobre os serviços objeto da licitação.

8.2.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data limite para a entrega dos envelopes.

8.3. A proposta deverá atender fielmente a este Edital e Anexos.

8.4. Cada empresa participante deverá apresentar apenas uma proposta.

8.5. A elaboração da proposta é de inteira responsabilidade da licitante.

8.6. Serão desclassificadas as propostas:

8.6.1. Que não atenderem às exigências deste Edital e Anexos ou da legislação aplicável.

8.6.2. Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

8.6.3. Que impuserem condições, ressalvas, ofertas de vantagens em relação às condições estabelecidas neste Edital e Anexos ou proposta das demais licitantes.

8.6.4. Que contiverem valores unitários e/ou total inferior ao limite estabelecido ou inexequíveis.

8.7. É facultado à Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas realizar diligências para sanar falhas formais da proposta.

8.8. A proposta poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço unitário e total proposto.

9. CREDENCIAMENTO

9.1. Cada empresa poderá nomear um representante para participar das fases desta licitação, que será o único admitido a intervir nas etapas deste procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada.

9.2. Esse representante deverá estar munido de documento de identidade (original e cópia), ato constitutivo consolidado ou acompanhado da última alteração (cópia simples) e prova de sua representação (carta de representação, procuração ou outro documento formal, original ou cópia simples, assinado pelo representante da empresa com poderes para tanto), que o autorize a participar da licitação.

9.3. Caso o representante da empresa seja sócio, o mesmo deverá estar munido de cópia do ato constitutivo e documento de identidade (original e cópia), desde que tenha poderes para tal representação.

9.4. Os documentos de credenciamento deverão ser entregues separadamente, fora dos envelopes.

10. DAS SESSÕES DE LICITAÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1.1. PRIMEIRA SESSÃO - ABERTURA DO ENVELOPE 01 – VIA NÃO IDENTIFICADA DO PLANO DE NEGÓCIOS: a abertura dos envelopes contendo as propostas técnicas dar-se-á na Primeira Sessão Pública, na data e local informados pela Comissão Permanente de Licitação, conforme subitem 1.4 deste Edital.

10.1.1.1. Quando do recebimento dos envelopes, o Envelope sem identificação será colocado em local separado, onde serão recepcionados todos os envelopes sem identificação das empresas participantes.

10.1.1.2. O Envelope 1, com a via não identificada do Plano de Negócios, só será recebido pela Comissão de Licitação se o invólucro e o seu conteúdo:

10.1.1.2.1. Não estiver identificado.

10.1.1.2.2. Não apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes da abertura do Envelope 2.

10.1.1.2.3. Não estiver danificado ou deformado pelas peças, material e ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante antes da abertura do Envelope 2.

10.1.1.3. Na primeira sessão serão rubricados os fechos dos Envelopes 1, 2, 3 e 4 (sem abri-los), mantendo fechados os envelopes 2, 3 e 4, sob a guarda e responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação, e separados dos invólucros 1.

10.1.1.4. Posteriormente deverão ser abertos e rubricados o conteúdo dos Envelopes 1 e colocados à disposição dos representantes das licitantes, para exame e rubrica.

10.1.1.5. Os Envelopes 1 serão novamente lacrados, assinados os respectivos lacres e reservados em grupo separado.

10.1.1.6. A Comissão Permanente de Licitação adotará medidas para evitar que seus membros e/ou os representantes das licitantes possam, ainda que acidentalmente, identificar a autoria de algum Plano de Negócio (via não identificada).

10.1.1.7. Se, ao examinar ou ao rubricar os conteúdos dos Envelopes 1, a Comissão Permanente de Licitação e/ou os representantes das licitantes constatarem ocorrência(s) que possibilite(m), inequivocamente, a identificação da autoria do Plano de Negócios, a Comissão Permanente de Licitação desclassificará a licitante e ficará de posse de todos os seus invólucros até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

10.1.1.8. A Comissão Permanente de Licitação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos Envelopes nem nos documentos que compõem a via não identificada do Plano de Negócio.

10.1.1.9. Abertos os Envelopes 1, as licitantes não poderão desistir de suas Propostas, a não ser por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

10.1.1.10. A Comissão de Licitação, suspenderá a sessão e encaminhará os Envelopes 1 para a Comissão Técnica Especial.

10.1.1.10.1. Os membros da Comissão Técnica Especial serão designados pelo Sesc em Minas cuja a designação será publicada no *síte* do Sesc em Minas após a primeira sessão.

10.1.1.11. A Comissão Técnica Especial realizará o julgamento da documentação apresentada, conforme critérios definidos no Anexo II e encaminhará a ata de julgamento à Comissão Permanente de Licitação, que convocará os licitantes para a próxima sessão de licitação.

10.1.1.11.1. A Comissão Técnica Especial elaborará a ata de julgamento das propostas conforme planilha com as pontuações individuais dos membros da Comissão Técnica especial para cada quesito, bem como de planilha com a pontuação final.

10.1.1.12. Se alguma Proposta Técnica for desclassificada, com base em alguma regra prevista no edital, a Comissão Técnica Especial atribuirá pontuação a cada quesito ou subquesito da Proposta, conforme as regras previstas no Termo de Referência, e lançará sua pontuação em planilhas que ficarão acondicionadas em envelope fechado e rubricado no fecho, até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase. Essa regra não se aplica aos casos em que o descumprimento de regras previstas no Edital resulte na identificação da licitante antes da abertura do Envelope 2.

10.1.1.13. As planilhas com as pontuações final elaborada pela Comissão Técnica Especial conterão, respectivamente, as pontuações acordadas para cada subquesito, conforme previsto no Termo de Referência.

10.1.1.14. O julgamento das propostas técnicas será realizado exclusivamente com base nos critérios especificados no Anexo II e, uma vez que o julgamento será realizado com base nesses critérios, as notas atribuídas não serão justificadas.

10.1.1.15. A Comissão Técnica Especial observará e reavaliará a pontuação atribuída a um quesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito. Após a reavaliação, a pontuação original poderá ser mantida ou alterada, em função do entendimento consensual da Comissão Técnica Especial. As planilhas com as pontuações deliberadas em consenso pelos membros da Comissão Técnica Especial deverão conter as pontuações finais, levando em consideração a reavaliação.

10.1.1.16. Após receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas (Envelopes 1), respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Comissão Técnica Especial, a Comissão Permanente de Licitação convocará as licitantes, para participar da segunda sessão pública.

10.1.1.17. A convocação será realizada através de publicação no *site* do Sesc em Minas e no Diário Oficial da União.

10.1.1.18. NA SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA, será:

- a) apresentada a ata de julgamento da Comissão Técnica Especial;
- b) realizada a abertura do Envelope nº 02 - VIA IDENTIFICADA DO PLANO DE NEGÓCIO;
- c) realizado o cotejo entre as vias identificadas e não identificadas do “Plano de Negócio”, para a identificação da autoria de cada um;

d) elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada proposta técnica;

e) proclamação do resultado do julgamento geral da proposta técnica, registrando-se em ata as propostas desclassificadas e a ordem de classificação.

10.1.1.19. Não será aceita a **PROPOSTA TÉCNICA** que, no seu conjunto, ou em qualquer de seus componentes, segundo os critérios definidos e devidamente avaliados pela Comissão de Licitação, não atender ao disposto neste edital ou em seus anexos.

10.1.1.20. O resultado da análise das propostas técnicas será publicado no Diário Oficial da União e *site* do Sesc em Minas.

10.1.1.21. Após a publicação do resultado, será aberta a fase de recursos, conforme previsto no item 12 deste edital.

10.1.1.22. Além das demais atribuições previstas, é responsabilidade à Comissão Técnica Especial manifestar-se em caso de eventuais recursos de licitantes, relativos ao julgamento das Propostas Técnicas, se solicitado pela Comissão Permanente de Licitação, para responder a questionamentos de ordem técnica.

10.1.1.23. Superada a fase recursal, a Comissão de Licitação realizará a convocação das licitantes para a realização da terceira sessão pública de licitação.

10.1.1.24. A convocação será realizada através de publicação no *site* do Sesc em Minas e no Diário Oficial da União.

10.1.2. NA TERCEIRA SESSÃO SERÁ REALIZADA A ABERTURA DO ENVELOPE 03 – PROPOSTA COMERCIAL: a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços dar-se-á em 3ª Sessão Pública.

10.1.2.1. Não será aceita a **PROPOSTA COMERCIAL** que, no seu conjunto, ou em qualquer de seus componentes, segundo os critérios definidos e devidamente avaliados pela Comissão de Licitação, não atender ao disposto neste edital ou em seus anexos.

10.1.2.2. Os Envelopes 3, com as propostas de preço serão abertos e documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes ou por representante por eles indicado

10.1.2.3. Na própria sessão será analisado o conteúdo das propostas e aplicação da fórmula prevista no Anexo II.

10.1.2.4. O resultado da análise das propostas técnicas será publicado no Diário Oficial da União e no *Site* do Sesc em Minas.

10.1.2.5. Após a publicação do resultado, será aberta a fase de recursos, conforme previsto no item 12 deste edital.

10.1.3. QUARTA SESSÃO - ABERTURA DO ENVELOPE 04 – HABILITAÇÃO: será realizada sessão para a abertura do Envelope 4 - Habilitação.

10.1.3.1. Abertos os envelopes que contém os documentos relativos à **HABILITAÇÃO**, a Comissão de Licitação, juntamente com a áreas gestora e técnica, a seu critério, poderá analisar a documentação ou suspender a sessão para análise, devendo o resultado ser oportunamente divulgado no *site* do Sesc em Minas e Diário Oficial e aberto o prazo de recurso.

10.2. RESULTADO: Será declarado vencedor o **PROPONENTE** que atingir a maior Nota Final (NF), conforme item 3.14 do Anexo II. Depois de efetivados todos os procedimentos internos para definição da empresa vencedora desta licitação, o resultado será publicado no Jornal Diário Oficial da União, podendo, ainda, ser disponibilizado no *site* do Sesc em Minas, onde será aberto o prazo de recurso.

10.3. Poderão ser publicados no mesmo momento o resultado da análise dos documentos de habilitação e o resultado final, iniciando a fase recursal.

10.4. QUESTÕES GERAIS SOBRE AS SESSÕES DE JULGAMENTO

10.4.1. Em todas as sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.

10.4.2. Os representantes das licitantes presentes poderão nomear comissão constituída de alguns entre eles para, em seu nome, tomar conhecimento e rubricar os envelopes e documentação nas respectivas sessões públicas.

10.4.3. A Comissão Permanente de Licitação e a Comissão Técnica Especial, conforme o caso, poderão, no interesse do SESC em Minas, relevar omissões puramente formais nas Propostas e nos Documentos de Habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta concorrência.

10.4.4. Os integrantes da Comissão Técnica Especial não poderão participar das sessões de recebimento e abertura dos envelopes com as Propostas Técnica e de Preço.

10.4.5. Antes do aviso oficial do resultado desta concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à adjudicação dos contratos ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.

10.4.6. Qualquer tentativa por parte de licitante(s) de influenciar a Comissão Permanente de Licitação ou a Comissão Técnica Especial no processo de julgamento das Propostas resultará na sua desclassificação.

10.4.7. A Comissão Permanente de Licitação poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

10.4.8. Se os envelopes das licitantes desclassificadas ou inabilitadas não puderem ser devolvidos nas sessões públicas, ficarão à disposição das interessadas por 30 (trinta) dias úteis, contados do encerramento desta concorrência – após transcorrer o prazo para interposição de recurso contra o resultado final da licitação ou ter havido a sua desistência ou, ainda, terem sido julgados os recursos interpostos. **Decorrido esse prazo sem que sejam retirados, a Comissão de Licitação providenciará sua destruição.**

11. QUESTÕES GERAIS SOBRE O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

11.1. A Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas, juntamente com as competentes áreas técnicas, verificará a conformidade de cada proposta e documentação com os requisitos do Edital e Anexos, bem como a compatibilidade com os preços correntes no mercado.

11.2. Poderão ser inabilitadas e desclassificadas as empresas participantes desta licitação que, deixarem de prestar informações complementares, quando solicitadas e que apresente texto ou peças fora das especificações indicadas ou a não apresentação de qualquer dos itens solicitados configurando descumprimento do certame, ficando a licitante sujeita a penalidades cabíveis.

11.3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a Comissão de Licitação declarará vencedora a empresa tiver obtido a maior nota técnica, se persistir o empate, a que tiver obtido o maior índice de preço e por fim, se ainda persistir o empate, realizará sorteio, marcando a data e a hora para tal procedimento, convocando todos os participantes deste procedimento licitatório.

11.4. Não serão permitidos quaisquer adendos, aditamentos ou acréscimos aos documentos e propostas depois de apresentados, salvo em função de diligências previstas neste Edital.

11.5. Caso a proposta de preços seja considerada inexecutável, deverá a Comissão Permanente de Licitação efetuar diligência e convocar a licitante para comprovar a exequibilidade da proposta, sob pena de desclassificação.

11.5.1. A empresa poderá utilizar qualquer tipo de prova fidedigna e suficiente para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, a exemplo de planilhas de custos, tabelas de preços oficiais, cópia de contratos de objetos similares ao licitado com outras entidades, etc.

12. RECURSOS E CONTRARRAZÕES

12.1. Caberá recurso contra todo e qualquer ato decisório da Comissão de Licitação.

12.2. Serão concedidos 05 (cinco) dias úteis, após a divulgação dos resultados do julgamento da **PROPOSTA TÉCNICA, PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO E RESULTADO FINAL** da presente licitação no Diário Oficial da União, para a apresentação de recursos pelas licitantes, o que deverá ser por escrito, assinado pelo representante legal da empresa e entregue na Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas ou encaminhado via e-mail no endereço eletrônico: cplicitacao@sescmg.com.br.

12.3. A licitante que puder vir a ter sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no mesmo prazo recursal, que correrá da comunicação da interposição do recurso.

12.4. Não serão aceitos, para análise, os recursos que cheguem fora do prazo previsto acima.

12.5. Os autos do processo permanecerão com vista aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, mediante agendamento prévio.

12.6. Os recursos serão julgados pela autoridade competente ou por quem esta delegar competência.

12.7. O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8. Os recursos terão efeito suspensivo.

13. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

13.1. Após concluídos os procedimentos do certame, o processo será encaminhado para adjudicação do objeto e homologação da licitação e posterior assinatura do Contrato ou Ata de Registro de Preços.

14. CONTRATAÇÃO

14.1. Findo o procedimento licitatório, a licitante vencedora poderá ser convocada a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços, conforme o caso. A partir da convocação o prazo para retirar e/ou assinar o instrumento contratual será de até 05 (cinco) dias corridos.

14.2. O prazo de convocação para assinatura do contrato/ata, poderá ser prorrogado, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Instituição.

14.3. Se a licitante vencedora não cumprir com o prazo para assinatura ou retirada do instrumento, ou recusar-se a assiná-lo ou recebê-lo, a Comissão Permanente de Licitação convocará, sucessivamente, as licitantes remanescentes na ordem de classificação, até que seja declarado o novo vencedor.

14.4. Havendo fixação de obrigações preliminares à assinatura do instrumento contratual, dispostas nos Anexos deste Edital, o não cumprimento importará na convocação sucessiva das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, até que seja declarado o novo vencedor que as atenda.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. É vedado aos licitantes descumprir as normas dos editais de licitação e seus anexos, considerando-se como descumprimento, dentre outras, as seguintes condutas:

I - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação, conluio ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

II - Apresentar documentação falsa ou recusar-se, injustificadamente, a apresentar documentos que lhe sejam solicitados, dentro do prazo cabível;

III - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

IV - Não manter a proposta apresentada.

15.2. Aos licitantes e aos contratados que incorrerem nas condutas previstas no subitem 15.1, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I – Multa de até 25% do valor do contrato ou da licitação, quando inexistente o contrato;

II - Suspensão temporária de licitar ou contratar com o Sesc em Minas, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III – Rescisão unilateral por inadimplemento da contratada.

15.3. A aplicação das penalidades descritas nos incisos I a III, do item 15.2, não é gradativa, de modo que a aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

15.4. As penalidades poderão ser aplicadas individual ou cumulativamente, sem prejuízo de posterior medida judicial ou administrativa que objetive o ressarcimento dos danos sofridos pelo Sesc em Minas.

15.5. A penalidade aplicável será verificada em cada caso, a partir de ponderação que levará em conta fatores como a proporção dos prejuízos causados ao Sesc em Minas ou à competitividade e lisura da licitação, a gravidade da infração cometida, a natureza e motivação da conduta do processado, o caráter pedagógico, a observância do dever de cooperação e boa-fé, e o histórico de atuação do processado junto da instituição.

15.6. A inscrição no Cadastro de Fornecedores Suspensos de Licitar e Contratar com o Sesc em Minas – CFS implicará em:

I – Exclusão sumária de processo licitatório em curso de que eventualmente esteja participando;

II – Proibição de participar de processos de licitação ou contratação junto ao Sesc em Minas enquanto perdurar a suspensão aplicada;

III – Proibição de firmar novos contratos com o Sesc em Minas enquanto perdurar a suspensão aplicada;

IV – Possibilidade de rescisão unilateral dos contratos vigentes com a instituição.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A apresentação dos envelopes de proposta de preços, proposta técnica e habilitação implicam na aceitação tácita e irrestrita pela licitante de todas as condições estabelecidas no presente Edital e Anexos.

16.2. Os documentos a serem apresentados neste processo licitatório poderão ser entregues mediante cópia simples. A Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas poderá solicitar a licitante a apresentação dos originais ou cópias autenticadas, para fins de verificação da autenticidade das cópias apresentadas.

16.3. É facultada a Comissão Permanente de Licitação em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.4. Poderão ser desclassificadas e/ou inabilitadas as empresas participantes desta licitação que, deixarem de prestar informações complementares, quando solicitadas, ou que não atenderem positivamente a diligência realizada.

16.5. É vedada a inclusão de documentos emitidos após data da sessão e/ou convocação que deveriam constar originariamente da habilitação ou da proposta de preço.

16.6. Fica assegurado ao Sesc em Minas o direito de revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação ou anulá-la, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

16.7. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e no mesmo local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão Permanente de Licitação em contrário.

16.9. Quaisquer questões decorrentes da execução do objeto desta licitação serão resolvidas de acordo com a legislação vigente aplicável à espécie.

16.10. Nenhuma indenização será devida às empresas participantes pela elaboração e/ou apresentação de propostas de preços, proposta técnica e habilitação, documentações relativas ao presente Edital e Anexos.

16.11. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem prazos em dia de funcionamento do Sesc em Minas.

Belo Horizonte, de de 2022.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Sesc Minas